



PARTE A

LICITAÇÃO N.º 001/CPL/2018
PROCESSO N.º 4142/2017
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00
DOTAÇÃO: 545
NATUREZA DO RECURSO: 100 /RECURSOS PRÓPRIOS
SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 21 DE MARÇO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS
SESSÃO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: DIA 21 DE MARÇO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL – PMP, situada a Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi, RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO: 180 (Cento e oitenta) dias corridos.

Este Edital está dividido nas partes A, B, C, D e E abaixo descritas:

Parte A - Informações resumidas sobre o Edital – Folha de Rosto;

Parte B - Corpo do Edital

Parte C - Projeto Básico, Especificações técnicas e Quadro de valores;

Parte D – Modelos de Declarações e Credenciamento, Formulário Oficial de Proposta;

Parte E - Minuta do Contrato.

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Presidente



PARTE B

ITEM	ASSUNTO
1	PREÂMBULO
2	OBJETO
3	DO PRAZO PARA FORNECIMENTO
4	ESTIMATIVA DE PREÇO
5	DO EDITAL
6	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7	FORMA DE APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA
8	DA ABERTURA DOS ENVELOPES
9	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
10	DOS RECURSOS
11	DO CONTRATO
12	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
14	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15	PENALIDADES
16	RECEBIMENTO
17	VISITA TÉCNICA
18	PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS
19	GARANTIA DE EXECUÇÃO
20	RESCISÃO
21	SUBCONTRATAÇÃO
22	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
23	DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
24	DO PREÇO
25	DISPOSIÇÕES DE CARÁTER FINAL

1- PREÂMBULO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Paracambi torna público, que estará reunida, em sessão pública no local, hora e data indicada na Parte A deste **Edital de Licitação nº 001/CPL/2017, NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS**, para receber, abrir e examinar os envelopes contendo Documentos de Habilitação e Propostas, **devendo os interessados procederem a entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas comercial, até o dia 21 DE MARÇO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS, na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi – RJ**, com o intuito de selecionar a melhor proposta, pelo critério de julgamento **Menor Preço Global**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI**, observando-se as normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e aquelas previstas no Municipal nº 4.482/2017, Decreto Municipal nº 4.481/2017, considerando-se sempre as respectivas alterações.



2 – DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI**.

3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de execução do objeto deste edital será de **180 (Cento e oitenta) dias corridos** e o prazo para início será de até 10 (dez) dias, contados da emissão da ordem de início pela autoridade competente.

3.2. O prazo assinado poderá ser prorrogado desde que presente algum dos motivos dispostos nos parágrafos do art. 57, da Lei 8.666/93, devidamente demonstrados no processo administrativo.

4 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

4.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 79.500,00 (Setenta e nove mil e quinhentos reais)**.

5 – DO EDITAL

5.1. O Edital com as especificações da referida licitação, incluindo o projeto básico, encontra-se à disposição dos interessados à **Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi – RJ, na sala da CPL/PMP**, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, ou através do telefone **(21) 2683-9115 / (21) 2683-9103** ou e-mail compraspmpparacambi@gmail.com mediante entrega de 02 resmas de papel A4 e apresentação do carimbo do CNPJ.

5.2. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos acerca do objeto deste instrumento convocatório, por escrito, até 2 (dois) dias úteis antes da data do início da licitação, no seguinte endereço: à **Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi – RJ, na sala da CPL/PMP**, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

5.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório até 05 (cinco) dias anteriores à data do início da licitação, exclusivamente por peça escrita, fundamentada e clara, a ser apresentada no seguinte endereço à **Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi – RJ, na sala da CPL/PMP**, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.



5.4. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, prazo a partir do qual qualquer comunicação de irregularidade não terá efeito suspensivo.

5.5. Caberá à Comissão Permanente de Licitação responder às impugnações e pedidos de esclarecimento no prazo de 3 (três) dias, deduzidos pelos potenciais licitantes, cujas as respostas serão encaminhadas através de ofício por fax e/ou email para todos os licitantes. Caso a impugnação seja DEFERIDA, será publicado extrato da decisão da impugnação no veículo oficial de comunicação antes da realização da sessão, observando-se o disposto no art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

5.6. As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, atingirão todos os licitantes, devendo ser publicadas no veículo oficial de comunicação do Município, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. São impedidas de participar da presente Tomada de Preços:

I - as pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

II - as pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93;

III - as pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

IV - as pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Municipal de Paracambi (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal.

6.2. Não será admitida a participação de consórcio.

6.3. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.



6.4 – Vedada a participação de pessoas jurídicas em recuperação judicial e extrajudicial, nos termos da Lei 11.101 de 2005.

6.5. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação de mais de uma licitante na presente Licitação.

6.6. Para participação na licitação a licitante deve apresentar o credenciamento do seu outorgado, concedendo ao mesmo, amplos poderes para representar o licitante, podendo anuir, transigir ou renunciar direitos em nome da Empresa, com firma reconhecida em cartório.

6.6.1 Caso não seja apresentado o credenciamento supra, o licitante não terá o direito de manifestar-se durante o procedimento de análise da documentação e das propostas.

6.7. Serão considerados representantes legais da Empresa:

6.7.1 – O sócio titular da Empresa (em caso de Ltda) ou procurador legalmente qualificado;

6.7.2 – O diretor da Empresa (em se tratando de sociedade anônima) ou procurador legalmente qualificado.

7- DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO E DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1. As licitantes deverão apresentar documentação e proposta de acordo com o local, data e horário estabelecidos na **PARTE A** deste Edital, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo a razão social e o endereço da empresa, e, ainda, observando os subitens seguintes.

7.1.1. Cada envelope deve conter índice relativo à documentação nele contida e documentos numerados em ordem crescente em consonância com o índice apresentado.

7.1.2. Essa condição (7.1.1) visa tão-somente facilitar a conferência da documentação por parte da Comissão Permanente de Licitação, de forma que seu desatendimento não acarretará a inabilitação ou desclassificação dos licitantes.

7.1.3. É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo no entanto, sob qualquer hipótese ou alegação, vedado à licitante a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL, por mais simples que sejam.



7.2. O envelope (A) de documentação/habilitação deverá ser apresentado contendo o seguinte texto:

Apresentação do envelope de documentação:

ENVELOPE "A"- DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO

NOME E ENDEREÇO DA EMPRESA

LICITAÇÃO N.º 001/CPL/2018

RAZÃO SOCIAL, CNPJ:....

7.3. As empresas cadastradas deverão apresentar cópia autenticada do Certificado de Cadastro junto ao quadro de fornecedores do Município de Paracambi, conforme disposto no art. 22, §2º da Lei 8.666/93.

7.3.1. As empresas cadastradas deverão, conforme o caso, revalidar o Certificado de Cadastro mediante a apresentação da documentação necessária até três dias antes da data determinada na PARTE A deste Edital para abertura dos envelopes.

7.3.2. A observância do disposto no item anterior será necessária ainda que apenas um dos documentos relativos ao cadastramento tenha seu prazo de validade expirado. Nesse caso, para revalidação do Certificado de Cadastro, será necessária apenas a reapresentação, perante a Comissão Permanente de Licitação, responsável pelo cadastramento, do documento vencido com a validade renovada.

7.3.3. A apresentação do Certificado de Cadastro não precisa ser acompanhada da apresentação dos documentos necessários à sua obtenção, com exceção dos documentos com a validade expirada e atestados de capacidades técnicas.

7.4. As empresas não cadastradas deverão apresentar na Comissão Permanente de Licitação a documentação abaixo relacionada impreterivelmente **até três dias antes** da data determinada na PARTE A deste Edital, com a finalidade de obter o cadastramento junto ao quadro de fornecedores do Município, conforme disposto no art. 22, §2º da Lei 8.666/93:

7.4.1. Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

I – Cédula de Identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

II – Atos Constitutivos, Estatutos ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;



III – Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item II deste subitem;

IV – Atos constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

V – Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

VII – Caso o licitante se enquadre como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07 e aos Microempreendedores individuais, deverá apresentar declaração de que cumprem os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, conforme modelo anexo (PARTE D).

7.4.2. Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL**, a saber:

I – **prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** do Ministério da Fazenda (CNPJ).

II – **prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;

IV - **prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas ao ICMS e à Dívida Ativa;

V - **prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, observadas as seguintes hipóteses e condições:

a) Para todos os licitantes sediados no Município de Paracambi:

1) Certidão Negativa de Débitos Municipais, caso não possua nenhuma pendência, de qualquer natureza, em seu nome no cadastro municipal; ou



2) Certidão Positiva com efeito de Negativa (antiga Certidão de Regularidade Fiscal), caso possua débito confesso, parcelado e com as prestações em dia junto à Municipalidade.

b) Para todos os licitantes sediados em outro Município, as seguintes certidões:

1) Em relação aos que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:

- Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares), ou ainda certidão positiva com efeito de negativa expedida pelo Município de sua sede;
- Certidão Positiva com efeito de Negativa (antiga Certidão de Regularidade Fiscal), caso possua débito confesso, parcelado e com as prestações em dia junto a Municipalidade.

2) Em relação aos que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro mobiliário do Município de Paracambi:

- Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida por este Município, caso não possua nenhuma pendência, de qualquer natureza, em seu nome no cadastro municipal; ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (antiga Certidão de Regularidade Fiscal), caso possua débito confessado, parcelado e com as prestações em dia junto à Municipalidade e, conjuntamente,
- Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município de sua sede.

VI - Certidão de Regularidade de Situação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VII – Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

VIII – Tratando-se de microempresa, empresa de pequeno porte, sociedades cooperativas que observem o at. 34, da Lei nº 11.488/07 e aos microempreendedores individuais, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

7.5. Documentação que ateste a **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, a saber:

I - Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedidas pelo(s) distribuidor (es) da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor,



indicando quantos cartórios ou escritórios de registros competem àquelas distribuições, com prazo de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data de entrega dos envelopes (Documentação e Proposta).

II - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser utilizados índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, conforme abaixo:

ILG \geq 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

III – O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

IV – Comprovação de possuir patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da proposta declarada vencedora.

V – Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituída no exercício em curso;



- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômica - financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

VI - As sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto no inciso II do subitem 7.5.

7.5.2. Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, a saber:

I – As licitantes deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica operacional em nome da empresa, devidamente registrado na entidade profissional competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado: elaboração de Plano Municipal de Mobilidade Urbana à luz da Lei Federal nº 12.857/2012;

II – Certidão de registro da empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

III - Indicação do Profissional devidamente capacitado como responsável técnico para a execução dos serviços, cuja comprovação do vínculo profissional deverá ser apresentada nos termos do item “a”. e que apresente atestado de capacidade técnica que tenha coordenado ou supervisionado as ações de elaboração de Plano Municipal de Mobilidade Urbana à luz da Lei Federal nº 12.857/2012;

a - A comprovação de vínculo profissional será feita mediante apresentação, no caso de empregados, de cópias autenticadas das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou da respectiva Ficha de Registro de Empregados, ou do livro correspondente devidamente registrado no Ministério do Trabalho ou do contrato de trabalho. No caso de sócios, deverá a licitante apresentar cópia autenticada do Contrato Social e a sua última alteração. Em caso de profissional autônomo deverá ser apresentado uma cópia autenticada do contrato de trabalho perante a empresa.

IV – Relação do pessoal técnico, que se responsabilizará pela prestação dos serviços, da empresa (com qualificação de cada um dos membros, comprovada sua capacidade técnica), adequados e disponíveis para a realização do objeto, ora licitado, acompanhado de declaração formal de sua disponibilidade, caso se sagre vencedora do certame;

VI – Comprovação de que o licitante possui ou disponibilize na data da apresentação dos documentos de habilitação e propostas, Atestado de capacitação técnico-operacional em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a elaboração de plano diretor, para cidade com mais de 40.000 (quarenta mil) habitantes.

VII – Atestado de visita técnica ou Declaração a ser emitido(s) nos termos do anexo VII deste Edital.



7.5.3. Declaração, conforme modelo anexo na **PARTE D** deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Aceita os limites do cronograma físico-financeiro apresentado pelo MUNICÍPIO.
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, nos termos da legislação aplicável.
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.4. Os documentos exigidos no ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica, na forma do artigo 32 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente rubricados pelo representante legal do licitante.

7.5.5. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão. Sendo que a certidão de ICMS para contribuintes terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para não contribuintes terá validade de 12(doze) meses.

7.5.6. Sempre que necessário, a Comissão Permanente de Licitações poderá solicitar a exibição do original de qualquer documento.

7.6. A **proposta** deverá ser apresentada em envelope específico contendo os seguintes termos:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "B"- PROPOSTA DE PREÇO

NOME E ENDEREÇO DA EMPRESA

LICITAÇÃO N.º 001/CPL/2018

RAZÃO SOCIAL, CNPJ ...



7.7. Os envelopes poderão ser entregues diretamente por representante da licitante na abertura da sessão pública, por correio ou por qualquer outro serviço de entrega, não se responsabilizando a CPL pelo não recebimento ou pelo atraso no recebimento dos envelopes enviados pelo correio ou por outro serviço de entrega.

7.8. A proponente poderá retirar os envelopes enviados e substituí-los por outros, desde que o faça antes da data e do horário estabelecidos para a sessão pública de abertura dos envelopes, na **PARTE A** deste Edital.

7.9. É facultado à licitante indicar 1 (um) representante para participar das sessões públicas.

7.9.1. Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, direto ou sócio gerente da empresa será exigida apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigida procuração via instrumento público ou carta de credenciamento – PARTE D, a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida a Pregoeira com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

7.9.2. A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será considerada válida por um ano, a contar da data de sua expedição.

7.9.3. A procuração ou a carta de credenciamento deverá ser apresentada na parte externa do ENVELOPE "A".

7.9.4. Não será permitido que uma mesma pessoa represente mais de uma empresa ao mesmo



tempo.

7.9.5. As procurações e as cartas de credenciamento serão retidas pela Comissão Permanente de Licitação e juntadas ao Processo Administrativo pertinente, sendo devolvidos os documentos de Identidade.

7.10. A proposta contida no ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS será apresentada em 2 (duas) vias (uma original, outra cópia), no impresso padronizado fornecido pela administração (Parte D), e preenchida pela licitante, datilografada, carimbada com o sinal da licitante e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e pelo responsável técnico.

7.10.1. O envelope deverá ser rubricado no fecho pelo proponente, contendo em sua parte externa, a razão social, o número da licitação com o subtítulo ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS.

7.10.2. Os preços serão cotados em reais, com data base no mês referente à data da estimativa orçamentária elaborada pelo Município, e confeccionados em algarismos e por extenso.

7.10.3. Deverão ser apresentadas pela licitante as planilhas de custos unitários (orçamento analítico), Cronograma Físico-Financeiro, de acordo com modelo contido na PARTE D deste Edital, em moeda corrente brasileira (reais) com base no mês referente à data da estimativa orçamentária elaborada pelo Município, com todas as folhas, devidamente assinadas e carimbadas pelo Representante Legal do licitante e pelo Responsável Técnico pela execução dos serviços, sendo a mesma parte integrante e inseparável da proposta de preços;

7.10.4. Da planilha de formação de preços a ser apresentada pela licitante deverá constar obrigatoriamente todas as informações necessárias à composição do preço que compõe a sua proposta, indicando-se obrigatoriamente a quantidade de empregados necessários à execução do contrato e todos os dados complementares para o cálculo total do custo da mão de obra, com valores unitários por empregado, compreendendo salário, gratificação natalina, férias, adicionais, transporte, alimentação, uniformes, assistência médica, treinamentos e todos os demais direitos previstos em acordos e convenções coletivas.

7.10.5. A proposta deve ser apresentada com o desconto linear sobre o preço de todos os itens que componham o orçamento analítico, de modo que os preços unitários propostos mantenham, relativamente aos preços unitários contidos no orçamento analítico – PARTE C, diferenças de iguais percentuais em todos os itens, devendo ser consideradas para esse fim apenas duas casas decimais.

7.10.6. Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.



7.10.7. O prazo de validade da Proposta, a ser declarado de acordo com a minuta em anexo, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de apresentação do respectivo envelope.

7.11. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas neste edital quando do julgamento das propostas.

8 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. O recebimento dos envelopes contendo a documentação e a proposta se dará até o dia e a hora mencionados na PARTE A e no preâmbulo deste edital, no local indicado para a realização da Sessão de Abertura da Licitação.

8.2. Após a hora indicada como limite para entrega da documentação e proposta, nenhum outro envelope será recebido, nem tampouco será permitida a troca de envelopes, adendos ou acréscimos aos já entregues.

8.3. O envelope "A" - DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO será aberto no dia e hora já mencionados na PARTE A deste Edital na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL.

8.4. Na primeira sessão, o Presidente da Comissão determinará a apreciação dos documentos de habilitação, inclusive, quanto ao cumprimento do disposto no art. 22, §2º, da Lei 8.666/93 quando ao cadastramento do licitante, sendo toda a documentação rubricada pelos presentes.

8.5. O resultado da habilitação poderá ser divulgado na mesma reunião de abertura dos "envelopes de habilitação", desde que presentes todos os representantes das licitantes, quando será feita comunicação direta aos interessados e lavrada a respectiva ata, devendo na ausência de algum representante proceder-se à publicação do resultado no veículo oficial de divulgação do Município de Paracambi.

8.6. Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes "B" – PROPOSTA DE PREÇO, desde que todos os licitantes estejam representados e renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação, situação na qual serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes "B" – PROPOSTA DE PREÇO, fechados.

8.6.1. A licitante que não se fizer representar na data e hora determinadas na PARTE A deste edital, poderá apresentar TERMO DE RENÚNCIA, juntamente com o envelope A de HABILITAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO, que constará como renúncia expressa, nos termos do art. 43, III da Lei Federal 8.666/93, conforme modelo em anexo (PARTE D).



8.7. Na hipótese de recurso contra a decisão da Comissão, na fase de julgamento da habilitação, os envelopes contendo as propostas técnicas e de preços permanecerão cerrados em invólucro que será rubricado por todos os presentes na reunião, para posterior abertura.

8.8. Caso não tenha sido definida a nova data na sessão anterior ou se nem todos os licitantes tiverem tomado conhecimento naquela ocasião, haverá sua publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi ou será providenciada a comunicação direta às licitantes por notificação individual, da Comissão Permanente de Licitação, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas úteis de antecedência.

8.9. Serão devolvidos lacrados os envelopes que contenham as propostas de preços das firmas não habilitadas, que deverão apanhá-los no prazo de 15 (quinze) dias após divulgação do resultado do julgamento definitivo da habilitação, cabendo à Comissão Permanente de Licitação desfazer-se deles após esse prazo.

8.10. Na segunda sessão, serão abertos e examinados os envelopes de propostas, as quais serão rubricadas por todos os presentes, procedendo-se ao julgamento das propostas.

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Será considerada vencedora, após julgamento, a licitante que tendo passado da fase de habilitação, apresentar proposta adequada às exigências previstas neste Edital e em comparação com as demais apresentar o MENOR PREÇO, além de observar os preços previstos na estimativa orçamentária elaborada pela Administração (Parte C), nos termos do item 9.18.

9.2. Em caso de empate, o critério de desempate, caso não seja aplicada a distinção prevista no art. 3º, § 2º, II da Lei 8.666/93, será o de sorteio realizado em sessão pública, para a qual serão convidados todos os licitantes, na forma prevista no § 2º do artigo 45 da Lei Federal 8.666/93.

9.3. As propostas de preço serão conferidas pela Comissão Permanente de Licitação que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II - onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total, prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III - onde houver discrepância entre preço unitário e preço multiplicado pela quantidade, prevalecerá o preço unitário;

IV - em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;



V - em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo;

IV- os quantitativos da planilha orçamentária, bem como os preços unitários devem ser apresentados efetivamente com até duas casas decimais.

9.4. A correção dos preços nas condições previstas no item 9.3 deste Edital poderá ser realizada pelo proponente, sem que haja a desclassificação da proposta.

9.4.1. A correção dos preços nas condições previstas neste edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que ao apresenta-la, ensejará a desclassificação da proposta.

9.5. Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I - não estejam devidamente assinadas;

II - oponham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este Edital como imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresentem preço manifestamente inexequível, assim consideradas as propostas cujo valor seja inferior a 70% (*setenta por cento*) do menor dos valores indicados nas alíneas “a” e “b” do § 1º, do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93;

V – ausência de garantia nas condições exigidas neste edital ou que, comprovadamente, não puderem ser executadas pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração;

VI - possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VII - que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal 8.666/93.

VIII – não observar o disposto no item 7.10 do presente Edital.

9.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que determinaram a inabilitação ou a desclassificação.

9.7. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não mais cabe inabilitação por motivo relacionado à capacidade jurídica, técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.8. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.



9.9. Em circunstâncias excepcionais, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar a prorrogação de validade das propostas, o que somente ocorrerá em relação àquelas formuladas pelos licitantes que aceitarem a prorrogação.

9.10. Caso alguma microempresa, empresa de pequeno porte, sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07 e aos microempreendedores individuais, apresente preço igual ou superior ao menor preço em até 10% (dez por cento), ela terá preferência de contratação, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06, na forma dos itens seguintes.

9.11. Após a abertura das propostas de preço será facultado à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada apresentar nova proposta de preço, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor. O prazo para apresentação da nova proposta é de 24 (vinte e quatro) horas.

9.12. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, nos termos do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem nos limites do intervalo previsto no item 9.10, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.13. No caso de equivalência dos valores apresentados por microempresa ou empresa de pequeno porte, que se encontram nos limites de preço previsto no item 9.10, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.14. O disposto nos itens acima somente se aplicará quando a menor proposta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.15. Sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período a critério da CPL. Aguardar-se-ão os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.16. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à CPL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.17. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens anteriores, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



9.18. O critério de aceitabilidade de preços unitários consiste nos valores consignados na estimativa orçamentária (Parte C),

10 – DOS RECURSOS

10.1. É assegurado a todos os participantes do procedimento licitatório o direito de recurso contra os seguintes atos:

I - habilitação ou inabilitação;

II - julgamento das propostas;

III - anulação ou revogação da licitação;

IV - aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

V - rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

10.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticar o ato e será interposto dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação do ato ou de lavratura da ata, sendo protocolado somente na sala da Comissão Permanente de Licitação.

10.2.1. Na hipótese de aplicação de pena de declaração de inidoneidade, o prazo será de 10 (dez) dias úteis.

10.3. A intimação dos atos a que se referem os incisos I, II e III do item 10.1, será feita mediante publicação no veículo oficial de divulgação do Município de Paracambi, caso não tenha sido realizado pessoalmente na própria sessão, por meio do representante da licitante.

10.4. A intimação do ato a que se refere o inciso IV do item 10.1 será feita pessoalmente, cabendo, após a segunda tentativa frustrada, a intimação por publicação no veículo oficial de divulgação do Município de Paracambi.

10.5. Não serão conhecidas as impugnações e recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, e-mail, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

10.6. O recurso interposto nos casos a que se referem os incisos I e II do item 10.1 terá efeito SUSPENSIVO.

10.7. O MUNICÍPIO comunicará às demais LICITANTES os recursos interpostos, os quais poderão ser impugnados no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



10.8. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior para decisão a ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11 – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Presidente da Comissão de Licitação, sempre que não houver recurso.

11.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

11.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Presidente da Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

11.3. Após homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de _____ (_____) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de _____ (_____) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante, conforme disciplinado no contrato.

12 – DO CONTRATO

12.1. Uma vez homologado o julgamento e adjudicado o objeto da licitação, o MUNICÍPIO, no prazo de 10 (dez) dias, convocará a LICITANTE para assinar o Contrato.

12.1.1. O licitante vencedor, por ocasião da assinatura do contrato, deverá apresentar atestados de capacidade técnica devidamente averbada no CREA e/ou CAU.

12.2. A não assinatura do Contrato por desistência da LICITANTE vencedora ou por motivo a ela atribuível, importará na aplicação de sanções previstas no item 15 deste Edital.

12.3. Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o Contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do Contrato.

12.4. Independentemente da aplicação de sanções à LICITANTE vencedora, o MUNICÍPIO poderá convocar a segunda colocada e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, para a assinatura do contrato de acordo com as condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto ao preço, ficando as licitantes desobrigadas de aceitar a oferta.

12.5 A execução do serviço deverá se iniciar no prazo previsto na respectiva autorização a ser emitida pela Secretaria Municipal de Transporte, observado o prazo de até 10 (dez) dias contados da ordem de início.



12.6 O contratado deverá apresentar, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do termo contratual, projeto executivo, elaborado de acordo com as diretrizes fixadas no art. 6º, X, da Lei nº 8.666/93.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas com a execução do objeto da presente licitação, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00

DOTAÇÃO: 545

NATUREZA DO RECURSO: 100 / RECURSOS PRÓPRIOS

13.2. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

14 – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados para execução do serviço, objeto deste Edital, serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para fins de formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual, mediante expresse requerimento do contratado.

14.2. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/ 93.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Os preços ofertados serão para pagamento em até 30 dias depois de concluída cada etapa dos serviços e emissão da nota fiscal, devidamente assinada pelo Setor competente, comprovando a execução dos serviços, sendo:

Etapa 01 – Plano de Trabalho e cronograma detalhados 15%;

Etapa 02 – Análise dos serviços de transporte coletivo 20%;

Etapa 03 – Estudo de Demanda 20%;

Etapa 04 – Análise do sistema viário e da Circulação 20%;

Etapa 05 – Relatório Final do Plano de Mobilidade 20%;

Etapa 06 – Minuta do Projeto de Lei 5%;



15.2 A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.3 A comprovação de que a CONTRATADA mantém todos os requisitos de habilitação é condição para o pagamento das faturas mensais dos serviços realizados, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, em relação às quais deverão comprovar mensalmente:

- a) o recolhimento do FGTS referente ao mês anterior;
- b) o pagamento dos salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
- c) o fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;
- d) o pagamento de gratificação natalina;
- e) a concessão de férias e pagamentos correspondentes;
- f) a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- g) a comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como o RAIS E CAGED;
- h) o cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo, observada a data-base da categoria profissional; e
- i) o adimplemento das verbas rescisórias trabalhistas eventualmente devidas.

15.4 O MUNICÍPIO poderá reter, da fatura mensal devida à CONTRATADA, o valor necessário ao pagamento de todos os direitos trabalhistas eventualmente inadimplidos, fixando prazo para o seu adimplemento, sob pena de efetuar o pagamento diretamente aos empregados da mesma e de promover a rescisão unilateral do contrato.

15.5 Em caso de não comprovação da manutenção da regularidade fiscal relativa às contribuições previdenciárias decorrentes da mão de obra vinculada à execução do objeto contratado, o Município poderá reter o pagamento da contraprestação devida ao contratado até que seja realizada a comprovação do adimplemento das obrigações.

15.6 O prazo para pagamento será de no máximo trinta dias contados da data final do período do adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, a, da Lei 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

15.7 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

15.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão



acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

15.9 Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

15.10 No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa para a ocorrência do atraso.

15.11 Independentemente de disposição em contrário no cronograma físico-financeiro, a última parcela corresponderá a um valor no mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor total do contrato e somente será paga após:

- a) publicação do despacho de recebimento provisório das obras;
- b) verificação sobre o estado de absoluta limpeza dos canteiros de serviço;
- c) comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas relacionadas à mão de obra empregada na execução do contrato, conforme parágrafo nono desta cláusula;

15.12 O pedido de pagamento da última etapa deverá ser apresentado após a observância das condições previstas no parágrafo décimo desta cláusula, iniciando-se a partir do preenchimento desses requisitos a contagem do prazo para pagamento.

15.13 Se o MUNICÍPIO for autuado, notificado, citado, intimado ou condenado em razão do não cumprimento, em época própria, de qualquer obrigação atribuível à CONTRATADA, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie, assiste-lhe o direito de reter, a partir do recebimento da autuação, notificação, citação ou da intimação a quantia referente à contingência calculada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo MUNICÍPIO. Este valor será restituído a CONTRATADA nos casos em que a mesma satisfizer a respectiva obrigação ou o MUNICÍPIO for excluído do polo passivo, mediante decisão irrecurável.

15.14 O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/17.

16. DAS PENALIDADES

16.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;



c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão, por até 5 (cinco) anos, de participação em licitações com a União, Estados, DF e Municípios no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

16.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

16.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 15.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

16.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

16.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 15 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

16.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

17. DO RECEBIMENTO

17.1. A fiscalização receberá após a constatação de que os serviços estão de acordo com o Contratado:

a. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado;



b. Definitivamente, por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no artigo 69, da Lei nº 8.666/93.

17.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra objeto da licitação que originou o presente Contrato, e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato.

18. DA VISITA TÉCNICA

18.1. A visita técnica poderá ser substituída por declaração do licitante de que tem conhecimento pleno do objeto, com expressa ciência de não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços. A presente Declaração deverá ser assinada e carimbada por responsável da Secretaria Municipal de Transporte.

18.2. Para a visita técnica a licitante designará profissional habilitado devidamente inscrito no Conselho Profissional competente.

18.3. A empresa licitante que optar pela visita técnica deverá solicitar o agendamento da sua visita técnica, por escrito, protocolando junto à Secretaria Municipal de Transporte.

18.4. A visita técnica aos logradouros será feita em veículo do MUNICÍPIO. Todos os locais a serem contemplados com os serviços deverão ser inspecionados antes da data programada para entrega das propostas.

18.5. As visitas técnicas serão realizadas em conjunto (mais de uma empresa licitante) ou isoladamente (somente uma empresa licitante), conforme a demanda das visitas técnicas solicitadas.

19- DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

19.1. O prazo assinado poderá ser prorrogado desde que presente algum dos motivos dispostos nos parágrafos do art. 57, da Lei 8.666/93, devidamente demonstrados no processo administrativo.

20 - DAS GARANTIAS

20.1. A **CONTRATADA**, até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, deverá apresentar garantia de execução contratual de 2% (dois por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei n.º 8.666/93, a saber:

I – caução em dinheiro.

II – seguro - garantia;

III – fiança bancária.



20.2. A validade da garantia de execução deverá, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato ou, conforme o caso, com o prazo final de aceitação definitiva dos serviços.

20.2.1. Caso a licitante opte pelo seguro garantia ou fiança bancária, o original respectivo deverá indicar como beneficiário o MUNICÍPIO DE PARACAMBI, CNPJ Nº 29.138.294/0001-02, Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ.

20.3. Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças (SECFIN), situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ – CEP.: 26.600-000 – tel. **telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103**, no horário de 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 16:00h

21 – DA RESCISÃO

21.1 - O contrato poderá ser rescindido, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

22.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

23 – DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. O licitante contratado não poderá ceder, subcontratar ou sub-rogar parcial ou totalmente os serviços objeto deste Edital sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE. Quando esta for concedida, obriga-se o licitante a celebrar o Contrato com terceiro, nos termos do Contrato original firmado com a Contratante, sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade, não podendo ultrapassar 30% (trinta) por cento do objeto contratado, na forma determinada pela CONTRATANTE.

24 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

24.1. O Contrato resultante da presente Licitação poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas as suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

24.2. Itens simples ou compostos que não estejam previstos originariamente na Planilha de Quantitativos do Edital, caso se façam necessários, serão estabelecidos mediante acordo com a **CONTRATADA**, sempre com base nos valores da Tabela da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), adotada pelo **MUNICÍPIO**, considerando-se o mesmo desconto linear



oferecido sobre os preços unitários vigentes no mês de referência da estimativa orçamentária, respeitados os limites estabelecidos no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24.3. Caso os novos itens acrescidos não estejam previstos na referida tabela, o valor adotado será o menor obtido em pesquisa de preços realizada junto a quatro fornecedores especializados, considerando-se o mesmo desconto oferecido na proposta.

24.4. Caso haja necessidade de acréscimo no item “Administração Local”, decorrente de acréscimo do preço contratado, aquele deverá observar o mesmo percentual aplicado a este, a fim de se manter ao final da execução a proporcionalidade, e os limites dispostos no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

24.5. Ocorrendo acréscimo ou supressão de itens na planilha original, a Secretaria Municipal de Transportes apresentará PLANILHA ORÇAMENTÁRIA contendo as quantidades, as especificações e os preços, assim como CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO adaptado, os quais farão parte integrante e complementar do(s) Termo(s) aditivo(s).

25 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Transportes.

25.2. Os atos da fiscalização dos serviços, inclusive as inspeções e testes realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão a empresa a ser **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade decorrentes da qualidade dos materiais e equipamentos empregados, da má execução da obra ou da execução imperfeita.

25.3. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do Contrato a ser firmado, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, da segurança e dos deveres que envolvem a mão-de-obra, bem como das máquinas, dos materiais e dos equipamentos empregados, devendo fazer cumprir todas as disposições das leis em vigor, do presente Edital e seus anexos, e do oriundo Contrato.

25.4. Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do Contrato, o **MUNICÍPIO** adotará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive a aplicação de penalidade quando for o caso.

26 – DOS PREÇOS

26.1. Os preços que vigorarão no Contrato corresponderão aos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária de Quantitativos e Preços Unitários, propostos pela Adjudicatária e integrantes



do contrato.

26.2. Os referidos preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução da obra e dos serviços e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, civis e comerciais resultantes da execução do Contrato.

27 – DISPOSIÇÕES DE CARÁTER FINAL

27.1. As interessadas devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares dos serviços a serem executados, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do Contrato.

27.2. À Administração fica reservado o direito de revogar ou adiar esta licitação, observados os preceitos legais sobre a matéria.

27.3. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

27.4. É vedada a substituição do representante da empresa junto a Comissão de Licitação em qualquer fase da licitação a não ser em caso de força maior devidamente comprovado.

27.5 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, referente ao envelope A, poderão ser autenticados no dia, antes da data e horário marcado para o certame, no balcão de atendimento da CPL.

27.6. O **MUNICÍPIO** obriga-se a remeter, no prazo e na forma prevista na Lei de licitações, cópias deste Edital e seus Anexos ao TCE/RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

27.7. A empresa deverá obrigatoriamente, de acordo com o Artigo 7º da Lei nº 8.666/93, cumprir o determinado no projeto básico e memorial descritivo assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

27.8. A Comissão Permanente de Licitação irá promover consultas sítios eletrônicos para aferição da idoneidade da proponente vencedora, para contratar com a Administração Pública.

27.9. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:



27.9.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

27.9.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

27.9.3. Cadastro Inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

27.10. Na execução do Contrato será observada a legislação aplicável às atividades contratadas, inclusive a Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Presidente - CPL



PARTE C

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Paracambi, em consonância com as diretrizes, princípios e objetivos instituídos na Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que estabeleceu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, de forma integrada e compatível com o Plano Diretor, inserindo-se ao mesmo, através de objetivos, programas e ações de curto, médio e longo prazo, envolvendo os modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território do Município.

2. JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 12.587/2012, em seu artigo 24, estabeleceu a obrigatoriedade aos municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes a elaboração do plano de mobilidade, tornando-se exigência para a obtenção de recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana.

Os projetos a serem apresentados para obtenção dos recursos federais relativos a mobilidade urbana deverão estar contemplados através de programas e ações do plano de mobilidade municipal que integrará o Plano Diretor.

A Lei Orgânica de Paracambi de 05 de abril de 1990 estabelece, na Seção II do Capítulo XI do Título V, o regramento municipal sobre transporte e trânsito e, mais especificamente em seu artigo 231 os deveres do Município em relação a esta área, principalmente no planejamento, administração, organização, controle, regulamentação e implantação relativas a trânsito e transporte.

O Plano Diretor Participativo de Paracambi, instituído pela Lei nº 826/2006, estabeleceu como objetivo geral da política de desenvolvimento urbano do Município, o ordenamento do crescimento, racionalizando o uso da infraestrutura, do sistema viário, dos transportes e a distribuição dos equipamentos e serviços públicos, de forma a otimizar os investimentos e seus retornos e/ou benefícios. Prevendo como diretriz do desenvolvimento urbano a circulação, trânsito e transporte objetivando garantir aos cidadãos acesso e circulação ampla e segura em todo o território municipal.

2. DIRETRIZES, PRINCÍPIOS BÁSICOS E ASPECTOS

O Plano de Mobilidade Urbana como instrumento de efetivação da política urbana de mobilidade deverá contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, propiciando a adequada circulação de pessoas, bens e mercadorias, atendendo o princípios e diretrizes aqui estabelecidos:

2.1. Princípios



Para a consecução dos objetivos propostos deverão ser observados os seguintes princípios:

- a) Vinculação ao Plano Diretor como parte complementar;
- b) Revisão, reestruturação, atualização e complementação das propostas constantes do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável anteriormente realizado;
- c) Observância das especificidades locais e de inserção na Região Metropolitana
- d) Ampla participação social na sua formulação, como elemento fundamental para compreensão dos problemas, debate das soluções propostas e a ampliação do engajamento da sociedade na efetivação das medidas propostas.

2.2. Diretrizes

Considerando esses princípios gerais e as especificidades locais, na elaboração do Plano de Mobilidade deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) Gestão da política de mobilidade urbana de forma integrada com a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo;
- b) Controle da expansão urbana;
- c) Universalização do acesso à cidade;
- d) Melhoria da qualidade ambiental;
- e) Controle dos impactos no sistema de mobilidade gerados pela ordenação do uso do solo;
- f) Melhoria da organização, do funcionamento e da gestão dos serviços de transporte, do trânsito e da política de mobilidade urbana.
- g) Garantia da diversidade das modalidades de transporte, com prioridade do transporte coletivo sobre o individual e dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados, valorizando o pedestre;
- h) Integração entre os modos e serviços de transporte urbano;
- i) Incentivo ao uso de energias renováveis e menos poluentes;
- j) Prioridade aos projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;
- k) Utilização de técnicas amplamente consagradas de planejamento urbano e de transporte, incluindo metodologias apropriadas de pesquisas e levantamentos, tratamento de dados, modelagem de transporte, proposição de alternativas, sua simulação e avaliação de indicadores.

2.3. Aspectos

Nas análises e proposições, deverão ser tratados, pelo menos, os seguintes aspectos relacionados à mobilidade urbana:

- a) Ampliação da mobilidade da população em condições adequadas e qualificadas, com melhoria da acessibilidade universal;
- b) Atualização da rede de transporte coletivo, com especial atenção para a integração com o trem metropolitano e com o serviço intermunicipal de ônibus;



- c) Funcionalidade na apropriação da infraestrutura viária pelos diferentes modos de transporte, com prioridade para a circulação dos veículos de transporte coletivo;
- d) Orientação para as políticas de controle da expansão urbanização e da instalação de polos geradores de tráfego no Município, considerando a capacidade de suporte dos sistemas de transporte e das estruturas de circulação;
- e) Adequação da capacidade viária e do serviço de transporte coletivo às demandas esperadas com a expansão da ocupação urbana prevista;
- f) Estabelecimento para o cenário de médio prazo de soluções de transporte coletivo diferenciadas, com uso de novas tecnologias;
- g) Oferta de condições adequadas para a circulação de mercadorias e de cargas;
- h) Atenção à infraestrutura da circulação não motorizada;
- i) Melhoria das condições de mobilidade na área central, com especial atenção para os pedestres;
- j) Orientação para a política de estacionamento público e privado; e
- k) Financiamento da infraestrutura, custeio dos serviços e modelo de implantação dos projetos.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 O Município

Paracambi possui 191,059 km² de extensão territorial e população de 50.071 habitantes, segundo a estimativa do IBGE para 2016.

Teve sua emancipação político-administrativa como município fluminense através da Lei nº 4.426, de 8 de agosto de 1960.

Município situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, as margens da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), distando 60,7 km da Capital, fazendo divisa com os municípios de Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Mendes e Miguel Pereira.

Composto de 28 bairros: Centro, Cascata, Fábrica, Raia, Capinheira, BNH de Cima, BNH de Baixo, Jardim Nova Era, Costa Verde, Bom Jardim, Lages, Mutirão, Guarajuba, Amapá, Ramalho, São José, Sabugo, Saudoso, Km 9, Coroadó, Cabral, Chacrinha, Mario Belo, Boqueirão, Pacheco, Vila Nova, Vale da Conquista e Vila São José.

Aproximadamente cinco por cento da área urbana é cortada pelo Rio dos Macacos.

A área Rural abrange área aproximada de 90% do território municipal, compreendendo nove localidades que somam população de 5.397 habitantes, equivalente a 10,8% da população do Município.

3.2. Gestão da Mobilidade

A gestão municipal da mobilidade é efetivada através das ações articuladas pelas secretarias de Transporte, a do Planejamento e de Obras.

3.3. Malha Viária

A malha viária é composta de 122 km, atendendo a oito localidades densamente povoadas.

3.4. Frota de Veículos



A frota de veículos registrada no município no ano de 2016 era composta de 17.941 veículos, correspondendo a um crescimento de 4,8% no ano.

3.5. Transporte Coletivo Público de Passageiros

3.5.1. Rodoviário

O sistema de transporte coletivo urbano é composto de 08 linhas, 12 ônibus, e demanda diária média de 3.000 passageiros, com os custos operacionais cobertos pela tarifa, atualmente de R\$ 3,00.

O Município é servido de 03 linhas metropolitanas e 11 linhas Intermunicipais.

3.5.2. Ferroviário

A cidade é atendida pelos trens da SuperVia, através do Ramal Paracambi, com estações no Centro e no bairro de Lages.

3.6. Transporte de Escolares

O serviço é operado através de 08 veículos, sendo 04 ônibus e 04 Kombi.

3.6. Transporte Individual Público de Passageiros

Serviço efetivado por Taxi, composto de 51 permissionários e 12 Pontos de Estacionamento.

3.7. Gestão do Trânsito

3.7.1. Controle Semafórico

A rede semafórica está composta de 01 equipamento veicular, não possuindo implantado equipamentos para pedestre.

3.7.2. Fiscalização Eletrônica

Não possui sistema eletrônico de fiscalização implantado.

3.7.3. Estacionamento

Não possui sistema de estacionamento controlado pago ou gratuito implantado.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1. Marco Teórico Referencial

O fenômeno histórico de crescimento e expansão das cidades brasileiras evidencia as disfunções geradas pela adoção de enfoques ultrapassados no processo de gestão das políticas públicas. Não é mais possível tratar os problemas urbanos como questões isoladas, sejam de caráter social, econômico, demográfico ou de infraestrutura. O nexo da questão urbana consiste em analisar a cadeia de causas e efeitos de abrangência local/regional.

Sequer é possível isolar os impactos ou a atratividade, como emprego e outras atividades, de determinados empreendimentos apenas no espaço urbano municipal.

Neste sentido, verifica-se que a implementação de redes de infraestrutura exerce um forte poder indutor sobre a ocupação e a valorização do solo e, por outro lado, sua ausência traz severos impactos sobre a qualidade de vida da população, o desempenho da economia urbana e o ambiente natural.



Da mesma forma, as cidades precisam de instrumentos que orientem as políticas públicas no âmbito da mobilidade urbana, entre eles o Plano Diretor de Mobilidade, que oriente tanto a gestão cotidiana como a expansão da infraestrutura e das redes de serviços públicos de transporte.

O Plano deve atender não apenas as demandas atuais, mas também as necessidades futuras, considerando projeções de expansão da população e das atividades geradoras de viagem.

O Plano de Mobilidade orientará as ações do poder público e dos demais agentes envolvidos na produção da mobilidade urbana, buscando a melhoria do atendimento dos serviços públicos relacionados e das condições de acessibilidade da população.

Paracambi, elaborou estudos preliminares de um plano de mobilidade, que de forma superficial estabeleceu algumas diretrizes, tornando necessária uma atualização e complementação deste plano, adequando-o à nova realidade do Município, com ampla participação popular, resultando em programas e ações em todas as áreas da mobilidade urbana.

É premissa básica desta revisão considerar a questão da mobilidade dentro de um enfoque mais abrangente, em termos do próprio setor - o que implica uma concepção multimodal dos sistemas de transportes – e em termos intersetoriais.

Nesta abordagem, o serviço de transportes e o próprio fenômeno da circulação deverão ser entendidos como parte de uma concepção integrada de desenvolvimento urbano, viabilizando o exercício pleno das diversas funções de habitação, trabalho, educação, atenção à saúde, lazer, entre outras.

As alternativas de solução analisadas deverão refletir as políticas municipais vigentes, em termos de preocupações sociais, econômicas e financeiras. Isto significa que, além de melhores condições de transportes, particularmente para as populações da periferia urbana e de menor renda, as alternativas de transportes deverão levar em consideração que o sistema a ser adotado deverá ser financeiramente estável, no sentido de que sua operação não venha a representar ônus financeiro adicional para o Município, e que sua produção ocorra de forma eficiente, tornando módica a tarifa.

Especial atenção deverá ser dada ao intenso processo de urbanização por que vem passando o Município, com crescimento da área urbanizada, adensamento e as demandas de transporte que serão geradas.

Uma particular atenção para a área central, deve integrar o escopo do trabalho, visando melhorar as condições de circulação local, com ênfase para os conflitos de circulação de pedestres, a operação do transporte coletivo, veículos não motorizados e motorizados, estacionamento e acessibilidade.

4.2. Atribuições das Partes Envolvidas

Os trabalhos deverão ser desenvolvidos por empresa de consultoria especializada em planejamento urbanístico de mobilidade, em parceria com técnicos da Prefeitura Municipal, mediante a realização de ações conjuntas, especialmente em relação à obtenção de informações necessárias e à contribuição para o conhecimento da situação local, valorizando o conhecimento e a experiência desses profissionais.

O trabalho a ser contratado, cuja função será a de prover suporte técnico e realizar os estudos e proposições necessárias para a elaboração do Plano de Mobilidade, será permanentemente acompanhado e fiscalizado pela Administração Municipal, até a ratificação das suas conclusões e propostas, sempre com a participação da sociedade.

4.2.1. A Prefeitura de Paracambi

Por meio da Secretaria Municipal de Transportes, fará o acompanhamento da execução dos trabalhos e garantirá:

- a) Disponibilização das informações existentes no âmbito da Prefeitura;



- b) Facilitação da obtenção de informações disponíveis em outros organismos públicos municipais e estaduais, bem como junto aos operadores dos serviços públicos de transporte e demais agentes privados de interesse;
- c) Divulgação e apoio para a realização das pesquisas de transporte e trânsito;
- d) Apoio na realização de pesquisas;
- e) Agendamento e organização dos eventos de discussão pública do Plano.

4.2.2. A Empresa Consultora Contratada

Caberão à empresa consultora contratada, as seguintes atribuições básicas:

- a) Mobilização de profissionais da equipe técnica, de apoio aos trabalhos de campo e de apoio administrativo necessários à realização dos trabalhos, conforme o organograma, plano de trabalho e cronograma de alocação dos recursos propostos;
- b) Mobilização de todos os recursos materiais necessários à execução dos trabalhos de pesquisa e levantamentos, como: transporte da equipe, pranchetas, uniforme para os pesquisadores, contadores mecânicos de fluxo veicular, etc.
- c) Execução das atividades do trabalho de acordo com o Plano de Trabalho apresentado, observando o cumprimento dos prazos propostos, incumbindo-se, ainda, de informar com antecedência a ocorrência de fatos supervenientes, ocasionais ou de força maior que possam prejudicar o cronograma dos trabalhos;
- d) Desenvolvimento dos trabalhos com procedimentos adequados e rigor necessário aos objetivos preconizados para o Plano de Mobilidade de Paracambi;
- e) Entrega dos produtos intermediários e finais do trabalho para apreciação da Prefeitura, responsabilizando-se pela execução das revisões que vierem a ser solicitadas.

4.3. Requisitos

Para o desenvolvimento do Plano de Mobilidade de Paracambi deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.3.1. Levantamento de Informações

O Plano de Mobilidade de Paracambi será desenvolvido a partir da montagem de uma ampla e detalhada base de dados, obtida através de pesquisa de fontes secundárias e, eventualmente, complementadas por pesquisas de campo, tudo organizado e realizado de acordo com objetivos claramente estabelecidos para uso no desenvolvimento dos trabalhos.

4.3.1.1. Pesquisas de Fonte Secundária

A pesquisa de fontes secundárias deverá compreender, no mínimo, os seguintes conjuntos de dados:

- a) Serviços de transporte coletivo municipal e intermunicipal que servem à Paracambi:
 - 1) dados de composição da rede de linhas;
 - 2) dados de oferta do serviço; dados de demanda;
 - 3) dados de composição da frota;
 - 4) dados econômicos;
 - 5) série histórica de dados afetos à demanda e oferta;

- b) Organização da circulação viária e de trânsito:



- 1) dados sobre a estrutura da rede viária (hierarquia viária e outras classificações);
 - 2) dados sobre o controle eletrônico de cruzamentos;
 - 3) dados sobre estatísticas de trânsito;
- c) Demografia, indicadores sociais e econômicos;
 - d) Pesquisa Origem / Destino da Região Metropolitana do Rio de Janeiro;
 - e) Legislação municipal de transportes, de trânsito e urbana; e
 - f) Planos e projetos existentes ou em implantação envolvendo infraestrutura viária, circulação e urbanismo.

4.3.1.2. Pesquisas de Campo Complementares

Poderão ser necessárias pesquisas e levantamentos de campo complementares nos serviços de transporte ou no sistema viário, ou ainda utilizadas outras bases de dados disponíveis, de acordo com a metodologia proposta pela empresa consultora.

4.3.1.2.1. Pesquisa de carregamento nas linhas de transporte coletivo

Deve objetivar a obtenção de dados sobre a distribuição temporal e espacial da demanda dos serviços de transporte coletivo, complementando ainda os dados da pesquisa de origem e destino.

As pesquisas poderão ser realizadas em linhas municipais e intermunicipais, se necessárias para diagnóstico ou embasamento das propostas para reestruturação dos serviços de transporte coletivo. Neste caso, a quantidade e o período de realização das pesquisas deverão ser adequados para garantir confiabilidade estatística das amostras.

4.3.1.2.2. Levantamentos sobre o sistema viário

Constituindo-se na obtenção de dados de caracterização da circulação e da infraestrutura viária em complementação aos dados obtidos de fontes secundárias.

Os levantamentos deverão ser executados mediante inspeções em campo com o registro dos dados definidos na metodologia da empresa consultora em croquis, mapas e planilhas, além de fotos das principais situações observadas, abrangendo a caixa de rolamento e passeios.

4.3.1.2.3. Pesquisas de contagem de tráfego com estimativa de ocupação da malha viária

Visa obter dados sobre o volume de tráfego e a quantidade de pessoas a bordo dos veículos em determinados locais da malha viária que permitam posteriormente o ajuste da matriz de origem e destino.

Se necessário, o volume de tráfego deverá ser obtido através de contagens volumétricas classificadas e a estimativa de ocupação mediante observação visual da passagem dos veículos e sua contagem (no caso dos veículos individuais) ou estimativa (no caso de veículos de transporte coletivo), em seções transversais do sistema viário principal, nos dois sentidos de tráfego.

4.3.2.4. Pesquisa de demanda de estacionamentos na área central

Consiste no levantamento da quantidade de veículos que estacionam nas vias da área central e nos estacionamentos privados em um dia útil típico.

A pesquisa a ser realizada mediante registro periódico dos veículos estacionados nas principais vias da área central durante o período das 7 às 19h e de entradas e saídas dos estacionamentos privativos de maior porte.

4.3.2.5. Pesquisa de fluxo de pedestres



Objetiva a obtenção de informação sobre a quantidade de pedestres que circulam na área central.

Pesquisa a ser realizada através da contagem de fluxo de pedestres nas principais travessias na área central a serem identificadas na metodologia proposta, nos horários de pico manhã, almoço e tarde.

4.4. Procedimentos

Como referencial básico a ser observado no trabalho exigir-se-á que contemplem os seguintes tópicos:

- a) Leitura e análise situacional da mobilidade, circulação, serviços de transporte coletivo, marco institucional, organização pública para a gestão e agentes sociais e privados intervenientes, proporcionando uma caracterização quantitativa e qualitativa destes universos de análise e a identificação de problemas a serem observados no momento de elaboração de diretrizes e propostas;
- b) Prognóstico da mobilidade, circulação e transporte coletivo nos anos horizonte do estudo, caso nada seja realizado em termos de investimentos e ações de reorganização das redes, com geração de indicadores operacionais, sociais e econômicos;
- c) Definição de diretrizes gerais para o avanço dos trabalhos de proposições, considerando os elementos obtidos no processo de elaboração do Plano de Mobilidade;
- d) Concepção de soluções para os problemas identificados na análise crítica da situação atual e do prognóstico, envolvendo os aspectos de rede de transporte coletivo, infraestrutura viária e organização da circulação;
- e) Análise do desempenho esperado das soluções propostas na situação atual e futura, com escolha daquelas que se mostrarem mais oportunas ao atendimento das diretrizes definidas;
- f) Análise crítica do modelo institucional e de organização da gestão para levar adiante a implantação das soluções propostas e correspondente definição de diretrizes para estes universos de análise.

4.5. Discussão Social

Aliado aos trabalhos técnicos deverá ser conduzido pela empresa consultora, com participação intensa da Prefeitura, um processo de discussão social dos principais elementos do Plano de Mobilidade, mediante reuniões, e audiências.

A Consultora deverá propor os momentos de realização destes eventos, seus objetivos e métodos básicos, contemplando, pelo menos:

- a) Realização de audiência pública para apresentação dos resultados das análises preliminares e do diagnóstico do estudo de demanda;
- b) Realização de audiência pública para apresentação das principais propostas do Plano de Mobilidade

5. PRODUTOS ESPERADOS DO PLANO DE MOBILIDADE DE PARACAMBI

5.1. Relatórios Técnicos

Do processo de análise, resultarão elementos que serão organizados, complementados e detalhados para a materialização do Plano de Mobilidade, na forma de Relatórios Técnicos, abordando os seguintes aspectos:



5.1.1. Plano de Trabalho Detalhado:

Em até duas semanas após a assinatura do contrato, a Consultora deverá apresentar um Plano de Trabalho e um cronograma detalhados, contendo uma descrição pormenorizada das fases, etapas e atividades que serão realizadas, adequadamente concatenadas em uma rede de precedência.

O Plano de Trabalho também deverá conter o detalhamento da metodologia proposta para o alcance dos objetivos do trabalho, com indicação dos recursos humanos e materiais que serão utilizados.

A entrega do Plano de Trabalho deverá ser precedida de reunião com a equipe da Prefeitura responsável pelo acompanhamento do projeto para caracterização das expectativas e organização preliminar das fontes de consulta.

5.1.2. Análise preliminar dos serviços de transporte coletivo:

Com base nos levantamentos de dados secundários a respeito dos serviços de transporte coletivo que atendem ao Município de Paracambi, inclusive análise do marco regulatório vigente, complementados por pesquisas realizadas em campo, deverá ser elaborado um relatório técnico com uma leitura preliminar das condições de prestação dos serviços, contendo, pelo menos:

- a) Levantamento e mapeamento dos itinerários das linhas em operação;
- b) Caracterização das condições operacionais (frota, quantidade de viagens);
- c) Levantamento de dados de demanda, por tipo de passageiro transportado;
- d) Mapeamento e avaliação de equipamentos urbanos associados aos serviços (terminais, pontos de parada);
- e) Preparação de séries históricas de dados de oferta e de demanda, a partir das informações disponíveis.

5.1.3. Análise preliminar do sistema viário e das condições de circulação:

Este relatório deverá conter uma avaliação preliminar da organização do sistema viário estrutural do Município, incluindo uma análise da hierarquia e da classificação funcional das vias.

As análises deverão ser fundamentadas em levantamentos de campo e complementadas por pesquisas se necessário. Os levantamentos deverão incluir a identificação da infraestrutura dedicada aos meios de transporte não motorizados.

Também deverão ser avaliadas as condições gerais de gestão do trânsito, incluindo o estado da sinalização, em especial da sinalização semafórica, a operação do estacionamento rotativo, além de dados sobre acidentes.

5.1.4. Estudo de demanda:

A partir do levantamento, descrição e análise espacial das variáveis demográficas e socioeconômicas do Município, e das condições de uso e ocupação do solo, inclusive com identificação de tendências de evolução e de modificações previstas na organização espacial da cidade, deverão ser identificados os padrões atuais de comportamento da demanda e elaborados cenários futuros desenvolvimento urbano e as expectativas de projeção de viagens futuras, para os marcos de referência de curto, médio e longo prazo estabelecidos para o Plano, bem como, Análise crítica da situação atual e do prognóstico,

5.1.5. Relatório Final do Plano de Mobilidade de Paracambi:

O Plano de Mobilidade de Paracambi deverá, ao seu final, apresentar um relatório final de sistematização do Plano de Mobilidade de Paracambi contendo as análises e propostas formuladas, contemplando:



- a) Diretrizes e normas gerais para o planejamento integrado da gestão urbana e de mobilidade, inclusive com proposta de modelo para a participação da população no planejamento e no acompanhamento da gestão;
- b) Plano de Ação apresentando o conjunto de medidas a serem executadas pelo poder público, pelo setor privado e pela sociedade para atendimento das diretrizes definidas no Plano, organizadas em programas específicos; o Plano de Ação deverá indicar, para cada ação proposta, a definição de seu objeto e objetivos, as medidas a serem tomadas e os custos estimados;
- c) Plano de Investimentos, apresentando o conjunto de obras, serviços e tecnologias necessárias para a efetivação do Plano de Ação, contendo, para cada item proposto, a sua identificação, a quantificação principal, uma estimativa de custo; o Plano de Mobilidade de Paracambi deverá abordar, pelo menos:
 - 1) Propostas para melhoria das condições de circulação dos meios de transporte não motorizados, inclusive medidas de promoção da acessibilidade universal;
 - 2) Propostas para reorganização e melhoria dos serviços de transporte coletivo;
 - 3) Propostas para ampliação ou reestruturação do sistema viário, incluindo o viário de interesse regional, o sistema viário estrutural, a Área Central e a circulação em polos e centralidades locais;
 - 4) Propostas de criação de infraestrutura viária específica para o transporte coletivo;
 - 5) Propostas para utilização de tecnologias para controle, operação e informação dos serviços de transporte coletivo e do trânsito.
 - 6) Propostas para melhoria das condições de segurança no trânsito;
- d) Diretrizes e orientações para melhorar as condições institucionais e de gestão da política de mobilidade urbana pela Prefeitura.

5.1.6. Minuta do Projeto de Lei:

Deverá ser apresentada uma minuta de projeto de lei reunindo, no que couber, as diretrizes e ações estratégicas necessárias para a melhoria das condições de mobilidade no Município, pertinentes e compatíveis com o objeto desta legislação específica.

O projeto de lei de instituição do Plano de Mobilidade poderá ser acompanhado de propostas de outros atos elementares normativos, quando pertinente.

5.1.7. Produtos complementares

Complementarmente, a Consultora poderá apresentar Notas Técnicas com estrutura simplificada, tratando de aspectos complementares ou como forma de apresentar resultados de etapas intermediárias do trabalho, tais como realização de pesquisas, levantamentos de campo e outros.

Além de documentos sistematizados na forma de relatórios ou notas técnicas, o processo de elaboração do Plano de Mobilidade produzirá um importante conjunto de instrumentos para gestão e para utilização no processo de planejamento continuado que comporão o acervo técnico do Plano. Entre esses instrumentos estão: bases cartográficas georreferenciadas, bases de dados obtidas em pesquisas de campo, imagens, apresentações, indicadores de mobilidade, entre outros.

Todo o material produzido será organizado e sistematizado para constituir o Acervo Técnico do Plano que deverá ser entregue à Prefeitura na medida em que forem gerados, ou na conclusão dos trabalhos.



6. RELATÓRIOS DE ANDAMENTO

Para medição dos serviços, a empresa consultora deverá emitir mensalmente um Relatório de Andamento relatando as atividades realizadas e a posição financeira do contrato.

6.1. Forma de Encaminhamento dos Produtos

Os produtos derivados do trabalho de elaboração do Plano de Mobilidade de Paracambi deverão ser entregues de acordo com as seguintes especificações:

6.1.1. Relatórios e Notas Técnicas

Deverão ser entregues em uma versão preliminar, para análise pela equipe da Prefeitura e uma versão definitiva, após as revisões necessária e a sua aprovação. As versões preliminares deverão ser entregues em 1 (uma) via impressa e as definitivas em 2 (duas) vias impressas, acompanhadas de uma via em meio digital (arquivo).

a) Arquivos de dados

Deverão ser entregues em mídia magnética em 1 (uma) via.

b) Relatórios de Andamento

Os Relatórios de Andamento, em 2 (duas) vias impressas, deverão ser entregues até o 5º dia útil posterior ao encerramento do período medido, juntamente com a fatura dos serviços correspondentes.

7. PRAZO DOS TRABALHOS

O prazo dos trabalhos é de 6 (seis) meses, conforme cronograma constante do item 8 do presente termo.

8. FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados após aprovação da Secretaria de Transportes dos produtos encaminhados, observado os percentuais estabelecidos a seguir aplicado ao valor da proposta de preço apresentada.

Produto	%	Mês
Plano de Trabalho e cronograma detalhados	15%	1
Análise dos serviços de transporte coletivo	20%	2
Estudo de Demanda	20%	3
Análise do sistema viário e da circulação	20%	4
Relatório Final do Plano de Mobilidade	20%	5
Minuta do Projeto de Lei	5%	6

9. EQUIPE TÉCNICA

Para a adequada realização dos trabalhos, exige-se que a empresa consultora empregue nos postos chaves de coordenação e análise profissionais com experiência nas atividades para os quais forem alocados.



Para a coordenação das atividades de pesquisa, análises, apoio técnico e apoio administrativo requer-se que sejam previstos profissionais adequados em quantidade e função com as atividades que venham a desenvolver.

10. CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1. Inscrição no Conselho Regional

Na formulação da proposta a empresa licitante deverá apresentar prova de sua inscrição e do profissional responsável técnico que se responsabilizará pela execução dos serviços objetivados, devidamente inscritos no Conselho Regional competente.

10.2. Responsabilidade Técnica

Quando da Liberação da Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Transportes, onde será estabelecido o início e término dos serviços, a Consultora deverá apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente ao projeto.

10.3. Liberação dos Pagamentos

Finalizado o produto previsto no item 8, a empresa consultora deverá encaminhá-lo através de requerimento próprio para solicitação do pagamento da medição, em papel timbrando devidamente assinado, acompanhado de:

- a) Relatório de Andamento e de Medição;
- b) Documentação de comprovação de regularidade junto ao: FGTS e INSS.



PARTE C

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO



PARTE D

ANEXO I

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/CPL/2018.

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) . _____, nacionalidade _____, cédula de identidade nº _____, emitido pelo _____, para, em nome da(nome da empresa)....., participar da Tomada de Preços sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
devidamente identificada



PARTE D

ANEXO II

À Comissão Permanente de Licitações Da Prefeitura Municipal de Paracambi

Declaração de Enquadramento para ME, EPP ou Cooperativa

(Razão Social da licitante) _____, por meio de seu Responsável Legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) Enquadra-se na situação de _____;
- b) O valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06;
- c) Não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local/Data)

(Nome e Assinatura do Representante Legal)



PARTE D

ANEXO III

(MODELO DE DECLARAÇÃO)

Razão Social

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação sob a modalidade Tomada de Preços nº 001/CPL/2018, declaramos que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Aceita os limites do cronograma físico-financeiro apresentado pelo MUNICÍPIO.
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, nos termos da legislação aplicável.
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal.
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
devidamente identificada



PARTE D

ANEXO IV

(MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA)

Paracambi,

À

CPL - MUNICÍPIO

Ref.: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/CPL/2018.

A empresa abaixo assinada, inscrita no CNPJ sob o nº, participante da Licitação na Modalidade.....nº....., Processo nº....., promovida pela Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio de seu representante legal, na forma da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e suas alterações, vem RENUNCIAR, expressamente, ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativos a fase de HABILITAÇÃO, concordando com o prosseguimento do certame licitatório.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
devidamente identificada



PARTE D

ANEXO V

Processo nº: 4142

Licitação nº: 001/CPL/2018

Modalidade: Tomada de Preços

Tipo: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI.

EMPRESA: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

INSCRIÇÃO NO CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

Nº CONTA BANCÁRIA: _____

BANCO/AGÊNCIA: _____

ITEM	Descrição	Valor global cotado
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI.	

PREÇO TOTAL OFERTADO:

PRAZO DE PRESTAÇÕES DO SERVIÇO:

DATA:

VALIDADE DA PROPOSTA:

Carimbo da Firma e Assinatura do
Representante Legal da Empresa



PARTE D

ANEXO VII

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade Tomada de Preços nº 001/CPL/2018, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Transporte, tomou conhecimento e esta ciente das condições, dos locais e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretário Municipal

Assinatura do Representante da Licitante



PARTE E

MINUTA - CONTRATO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138278/0001-01, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____, carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a _____, situada

_____, inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____,

_____, celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº _____, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; Lei Complementar 123, no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DA EXECUÇÃO
8ª	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DOS RECURSOS
16ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO



17ª	DA SUBCONTRATAÇÃO
18ª	DA RESCISÃO
19ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
20ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
21ª	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo primeiro. O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI.

Parágrafo Segundo. Serão a expensas da contratada todas as despesas que se fizerem necessárias com material, alimentação, acomodação e transporte na execução do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/20____ e encerramento em ____/____/20____, podendo ser prorrogado por interesses das partes, desde que haja autorização formal da Autoridade Competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestado regularmente;
- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- A CONTRATADA não tem o direito subjetivo à prorrogação contratual.
- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

Parágrafo segundo. O Contrato poderá a qualquer tempo, ser aditado para adequações às disposições governamentais aplicáveis à espécie, e o prazo de vigência e de execução podem ser prorrogados, nos termos do Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) proceder à devida liberação da área para execução da obra, assegurando durante todo o prazo de execução e na medida de suas atribuições, o acesso da **CONTRATADA** aos locais de intervenção;
- d) exercer a fiscalização do contrato;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato.
- f) emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato.
- g) proceder toda e qualquer desapropriação que se faça necessária para o cumprimento do objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) prestar os serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observando todas as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município, disponibilizando para o **MUNICÍPIO** os projetos executivos e as memórias de cálculo de dimensionamento a ele relativos, para fins de verificação da adequação das soluções adotadas;
- b) Executar o objeto deste Projeto Básico com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviços dessa natureza;
- c) efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no serviço, sempre que a ela imputáveis;
- d) Quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO**, obrigarão a contratada, à sua conta e risco, repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo da Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;
- e) obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- f) manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados até seu recebimento provisório, bem como sobre os materiais e equipamentos, cabendo-lhe todas as responsabilidades por qualquer perda ou dano que venham a sofrer as referidas obras ou serviços;



- g) manter, junto ao _____ (Conselhos Profissionais), o registro dos serviços contratados e de seus profissionais responsáveis pela execução, durante toda a vigência deste instrumento;
- h) requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas na prestação dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmos e pela fiel observância da legislação aplicável;
- i) manter sempre 1 (um) encarregado no local das obras e da prestação dos serviços;
- j) Empregar quando da execução dos serviços, até o seu final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável, designando um servidor que a representará em suas relações com a fiscalização do Município;
- k) designar 1 (um) empregado como responsável pelos serviços ajustados para participar de reuniões de acompanhamento dos mesmos;
- l) encaminhar ao local dos serviços, sempre que solicitado pelo **MUNICÍPIO**, o responsável técnico pela execução do objeto ajustado, para análise em conjunto do andamento dos trabalhos ou outras providências cabíveis;
- m) Permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- n) manter seu pessoal devidamente uniformizado e identificado durante a execução dos serviços, responsabilizando-se por todos os cuidados relativos à segurança de seus funcionários, que deverão utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual "EPI" necessários e observar as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho relacionadas à construção civil, bem como as orientações do **MUNICÍPIO**;
- l) Fornecer às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança do trabalho, indispensáveis para a execução do Contrato que vier a ser celebrado, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;
- m) substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- n) disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste Projeto Básico, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- o) comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- p) arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto desse Projeto Básico,



- responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- q) arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe, inclusive materiais, equipamentos e ferramentas, bem como aquelas relativas aos detalhamentos;
 - r) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
 - s) a empresa que vier a ser contratada para executar o objeto deste contrato será a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda pela proteção destes e de eventuais instalações implantadas para a execução do contrato;
 - t) confirmar a adequação de todas as medidas previstas nos locais envolvidos na execução dos serviços;
 - u) aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato que vier a ser celebrado, conforme estabelece o § 1º, Art. 65 da Lei nº 8.666/93;
 - v) executar quaisquer modificações das especificações ou do projeto somente após a aprovação das mesmas pelo **MUNICÍPIO**;
 - w) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços, inclusive no que se refere à limpeza durante e após o término dos mesmos;
 - x) retirar, às suas custas, todo o entulho e material não-utilizável nas obras, durante e após o término destas, sendo que, para esse último caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a entrega provisória;
 - y) reparar quaisquer danos de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos e/ou mão-de-obra ou decorrentes de ação ou omissão, inclusive negligência, imperícia, imprudência ou desídia, casual ou proposital, que tenham sido causados a quaisquer equipamentos e instalações do **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços;
 - z) Correrão por conta, responsabilidade e risco da contratada os danos decorrentes das seguintes circunstâncias:
 - i. Má qualidade dos serviços prestados;
 - ii. Violação do direito de propriedade industrial;
 - iii. Furto, perda, roubo, deteriorações ou avarias de materiais ou equipamentos;
 - iv. Ato ilícito seu, de seus empregados ou de prepostos, que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
 - v. Acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com empregados seus ou co terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual, ou em decorrência da execução deles;



- aa) responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- bb) o Município poderá determinar paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de inobservância ou desobediência às suas determinações, cabendo à contratada, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;
- cc) manter no local da administração da execução contratual:
 - i. Livro de Ocorrências Diárias;
 - ii. Cópia do contrato e dos documentos que o integram;
 - iii. Registro das alterações regularmente autorizadas;
 - iv. Arquivo ordenado das notas de serviços, relatórios, pareceres. Cópias das correspondências trocadas com a Fiscalização;
 - v. Cronograma de Desembolso Máximo por Período;
 - vi. Folhas de medições realizadas;
- dd) entregar todos os serviços, após concluídos, em perfeito estado de conservação e limpeza, com todas as instalações previstas no projeto executivo e memorial descritivo;
- ee) fornecer, ao término da execução dos serviços, todos os projetos e/ou detalhamentos de “as built” representando, integralmente, a situação final de todas as instalações, materiais e equipamentos abrangidos no contrato;
- ff) fornecer e manter atualizado o Diário do Serviço, permanentemente disponível, transcrevendo, diariamente, a ocorrência de fatos relevantes ocorridos no local dos serviços, o qual deverá ser entregue ao **MUNICÍPIO** quando da conclusão dos mesmos;
- gg) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- hh) apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada;
- ii) comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção dos serviços;
- jj) manter diário atualizado de execução de todos os serviços, devendo fornecer relatório mensal de todos serviços executados, inclusive com relação das peças substituídas;
- kk) cumprir e responder às determinações da lei nº 6.514/1997 e da Portaria nº 3.214/1978, que aprovam as normas relativas à segurança e medicina do trabalho.
- ll) defender e manter incólume o **MUNICÍPIO** de todo processo e/ou ações judiciais ou administrativas, quaisquer reivindicações de seus empregados, reclamações trabalhistas em geral e demandas de terceiros (inclusive e especialmente lesões pessoais, morte, perda patrimonial, perdas e danos em geral, multas, honorários advocatícios e custas processuais) decorrentes, direta ou indiretamente, (i) da relação de emprego por ela mantida, sendo neste



particular, em quaisquer circunstâncias, considerada como única e exclusiva empregadora, ou (ii) de ação, omissão, culpa ou dolo, da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos e de suas subcontratadas, responsabilizando-se em ambos os casos, pelo ressarcimento, devidamente atualizado, de eventuais condenações e quaisquer despesas que vierem a ser imputadas, administrativa ou judicialmente, ao MUNICÍPIO, q que titulo for, decorrente do Contrato;

mm) Cumprir com todas as obrigações constantes deste contrato, do edital e de todos os seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____
(_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro. O valor total do presente contrato é composto pelos valores unitários discriminados na Parte D deste contrato.

Parágrafo segundo. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo terceiro. Não incidirá reajuste sobre o valor previsto no *caput* desta cláusula em período inferior a doze meses, contados da data base utilizada para fins de formulação da proposta.

Parágrafo quarto. Se o prazo de execução do serviço ultrapassar 06 (meses) meses, os preços propostos para o saldo do serviço remanescente serão reajustados em face da Legislação Federal em vigor, para mais ou para menos, adotando-se o índice da família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no “Catálogo de Referência” da EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, tendo como data base o mês da Estimativa Orçamentária, mediante expresso requerimento do contratado, calculado pela fórmula:

$R = (Im/Io) \times Po$, onde:

R- é o valor do reajustamento procurado;

Im- Índice da família EMOP correspondente ao mês do reajuste;

Io –Índice da família EMOP correspondente ao mês da data base do orçamento;

Po- é o preço unitário contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



As despesas com a execução do presente contrato, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00
DOTAÇÃO: 545
NATUREZA DO RECURSO: 100 /RECURSOS PRÓPRIOS
EMPENHO:

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de início.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** empregará os bens e os recursos humanos necessários para a boa execução do objeto contratual, conforme planilha estimada de pessoas que será emitida pelo **MUNICÍPIO** sempre que necessário à boa execução do Contrato.

Parágrafo terceiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico, os quais poderão ser acrescidos, revistos e alterados mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária disponível, as condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

Parágrafo quarto. As inclusões ou exclusões de pessoal ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das partes.

Parágrafo quinto. A equipe técnica indicada durante o procedimento licitatório deverá ser mantida até o final da execução da obra, sendo admitida a alteração apenas por profissional com as mesmas experiências exigidas para fins de habilitação, mediante prévia anuência do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL



A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por 03 (três) fiscais designados pelo **MUNICÍPIO**, a qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse dos serviços, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. O fiscal previsto no caput desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.



Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

I - provisoriamente, após parecer circunstanciado do fiscal emitido no prazo de 10 (dez) dias após a comunicação escrita da contratada, devidamente acompanhada do "as built";

II - definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização emitido no prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas, na forma do parágrafo décimo primeiro desta cláusula.

Parágrafo nono. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato dentro do limite de 5 (cinco) anos.

Parágrafo décimo. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Parágrafo décimo primeiro. O atestado de recebimento definitivo somente será emitido após a demonstração, pela **CONTRATADA**, do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas relacionadas à mão de obra utilizada na execução do objeto do contrato, conforme o parágrafo nono da cláusula décima.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

As obras a que se referem o presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é exclusivamente responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.



Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá, após a assinatura do contrato, abrir matrícula específica no INSS, independentemente de sua matrícula principal, para realizar em separado o recolhimento à Previdência referente ao pessoal utilizado na obra e nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os preços ofertados serão para pagamento em até 30 dias depois de concluída cada etapa dos serviços e emissão da nota fiscal, devidamente assinada pelo Setor competente, comprovando a execução dos serviços, sendo:

Etapas 01 – Plano de Trabalho e cronograma detalhados 15%;

Etapas 02 – Análise dos serviços de transporte coletivo 20%;

Etapas 03 – Estudo de Demanda 20%;

Etapas 04 – Análise do sistema viário e da Circulação 20%;

Etapas 05 – Relatório Final do Plano de Mobilidade 20%;

Etapas 06 – Minuta do Projeto de Lei 5%;

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA** com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo. A comprovação de que a **CONTRATADA** mantém todos os requisitos de habilitação é condição para o pagamento das faturas mensais dos serviços realizados, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, em relação às quais deverão comprovar mensalmente:

- j) o recolhimento do FGTS referente ao mês anterior;
- k) o pagamento dos salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
- l) o fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;
- m) o pagamento de gratificação natalina;
- n) a concessão de férias e pagamentos correspondentes;
- o) a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- p) a comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como o RAIS E CAGED;
- q) o cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo, observada a data-base da categoria profissional; e
- r) o adimplemento das verbas rescisórias trabalhistas eventualmente devidas.

Parágrafo terceiro. O **MUNICÍPIO** poderá reter, da fatura mensal devida à **CONTRATADA**, o valor necessário ao pagamento de todos os direitos trabalhistas eventualmente inadimplidos, fixando prazo para o seu adimplemento, sob pena de efetuar o pagamento diretamente aos empregados da mesma e de promover a rescisão unilateral do contrato.



Parágrafo quarto. Em caso de não comprovação da manutenção da regularidade fiscal relativa às contribuições previdenciárias decorrentes da mão de obra vinculada à execução do objeto contratado, o Município poderá reter o pagamento da contraprestação devida ao contratado até que seja realizada a comprovação do adimplemento das obrigações.

Parágrafo quinto. O prazo para pagamento será de no máximo trinta dias contados da data final do período do adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, a, da Lei 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo sexto. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo oitavo. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo nono. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa para a ocorrência do atraso.

Parágrafo décimo. Independentemente de disposição em contrário no cronograma físico-financeiro, a última parcela corresponderá a um valor no mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor total do contrato e somente será paga após:

- d) publicação do despacho de recebimento provisório das obras;
- e) verificação sobre o estado de absoluta limpeza dos canteiros de serviço;
- f) comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas relacionadas à mão de obra empregada na execução do contrato, conforme parágrafo nono desta cláusula;

Parágrafo décimo primeiro. O pedido de pagamento da última etapa deverá ser apresentado após a observância das condições previstas no parágrafo décimo desta cláusula, iniciando-se a partir do preenchimento desses requisitos a contagem do prazo para pagamento.

Parágrafo décimo segundo. Se o MUNICÍPIO for autuado, notificado, citado, intimado ou condenado em razão do não cumprimento, em época própria, de qualquer obrigação atribuível à CONTRATADA, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie,



assistir-lhe-á o direito de reter, a partir do recebimento da autuação, notificação, citação ou da intimação a quantia referente à contingência calculada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo MUNICÍPIO. Este valor será restituído a CONTRATADA nos casos em que a mesma satisfizer a respectiva obrigação ou o MUNICÍPIO for excluído do polo passivo, mediante decisão irrecorrível.

Parágrafo décimo terceiro. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/17.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA**, até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 2% (dois por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato de obra, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser **CONTRATADA** somente ocorrerá após o recebimento definitivo das obras e a comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas relativas à mão de obra empregada na execução do contrato, conforme parágrafo nono da cláusula décima.

Parágrafo quinto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sexto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela



empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de *03 (três) dias úteis* após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. Itens simples ou compostos que não estejam previstos originariamente na Planilha de Estimativa do Serviço, caso se façam necessários, serão estabelecidos mediante acordo com a **CONTRATADA**, sempre com base nos valores da Tabela da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), adotada pelo **MUNICÍPIO**, considerando-se o mesmo desconto linear oferecido sobre os preços unitários vigentes no mês de referência da estimativa orçamentária, respeitados os limites estabelecidos no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo segundo. Caso haja necessidade de acréscimo no item “Administração Local”, decorrente de acréscimo do preço contratado, aquele deverá observar o mesmo percentual aplicado a este, a fim de se manter ao final da execução a proporcionalidade, e os limites dispostos no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo terceiro. Caso os novos itens acrescidos não estejam previstos na referida tabela, o valor adotado será o menor obtido em pesquisa de preços realizada junto a 3 (três) fornecedores especializados, considerando-se o mesmo desconto oferecido na proposta.

Parágrafo quarto. Ocorrendo acréscimo ou supressão de itens na planilha original, a Secretaria Municipal de Transporte apresentará PLANILHA ORÇAMENTÁRIA contendo as quantidades, as especificações e os preços, assim como CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO adaptado, os quais farão parte integrante e complementar do(s) Termo(s) aditivo(s).

Parágrafo quinto. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.



Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão, por até 5 (cinco) anos, de participação em licitações com a União, Estados, DF e Municípios no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da **CONTRATADA**;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo - A sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à qualquer outra.

Parágrafo terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quarto - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto Municipal nº 4.482/2017.



Parágrafo quinto - O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS

É assegurado à **CONTRATADA** o direito de recurso contra os seguintes atos:

- I – aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.
- II – rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

Parágrafo primeiro. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticar o ato e será interposto dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação do ato ou de lavratura da ata, sendo protocolado somente na sala da Comissão Permanente de Licitação.

Parágrafo segundo. Na hipótese de aplicação de pena de declaração de inidoneidade, o prazo será de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo terceiro. A intimação do ato a que se refere o inciso I do caput desta cláusula será feita pessoalmente, cabendo, após a segunda tentativa frustrada, a intimação por publicação no veículo oficial de divulgação do Município de Paracambi.

Parágrafo quarto. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenha sido devidamente protocolado na sala da CPL.

Parágrafo quinto. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior para decisão a ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança



amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. O licitante contratado não poderá ceder, subcontratar ou sub-rogar parcial ou totalmente os serviços objeto deste Edital sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE. Quando esta for concedida, obriga-se o licitante a celebrar o Contrato com terceiro, nos termos do Contrato original firmado com a Contratante, sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade, não podendo ultrapassar 30% (trinta) por cento do objeto contratado, na forma determinada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.



CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, _____ de _____ de 2018.

Pela **CONTRATANTE**:

Pela **CONTRATADA**:

TESTEMUNHAS:

1 – _____

CPF:

2 – _____

CPF:



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO N.º 001/CPL/2018
PROCESSO N.º 4142/2017
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00
DOTAÇÃO: 545
NATUREZA DO RECURSO: 100 /RECURSOS PRÓPRIOS
SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 21 DE MARÇO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS
SESSÃO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: DIA 21 DE MARÇO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARACAMBI.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL – PMP, situada a Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi, RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO: 180 (Cento e oitenta) dias corridos.

Este Edital está dividido nas partes A, B, C, D e E abaixo descritas:

Parte A - Informações resumidas sobre o Edital – Folha de Rosto;

Parte B - Corpo do Edital

Parte C - Projeto Básico, Especificações técnicas e Quadro de valores;

Parte D – Modelos de Declarações e Credenciamento, Formulário Oficial de Proposta;

Parte E - Minuta do Contrato.

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Presidente

RAZÃO SOCIAL			CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:			
E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	